

Ass. const. ANC/CPEC X

Comissão Arinos vota seis artigos em cinco horas

PETROPOLIS — A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, a "Comissão Afonso Arinos", iniciou ontem o seu "esforço concentrado" que terá duração de 14 dias, aprovando a redação final de princípios fundamentais da ordem constitucional. As longas discussões não se desenvolveram em torno de questões ideológicas, mas de detalhes semânticos.

Dos 49 conselheiros que integram a comissão, apenas 30 compareceram à primeira sessão do esforço concentrado que se realiza no Centro de Treinamento do Ministério de Minas e Energia (Centrecon), no distrito de Itaipava. Sob a presidência do professor Afonso Arinos de Mello Franco, foi discutida e posta em votação uma proposta de 61 artigos do comitê número 1, que tem como relator o professor Cândido Mendes. Em cinco horas de trabalho, foram votados os textos definitivos de apenas seis artigos.

"Os grupos "conservador" e "progressista" estavam equilibrados e a demora para aprovar determinados artigos se deu em consequência do dilema "manter ou não manter as redundâncias do texto". As dificuldades da comissão, nesse particular, podem ser avaliadas pelo tempo gasto — quase duas horas — só para redigir o segundo artigo da proposta de constituição, que afinal ficou com o exato texto hoje vigente: "Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido".



A mesa, na reunião de Itaipava, Mauro Santayana, Afonso Arinos, Mário Martins e Cândido Mendes (gesticulando)

Os conselheiros discutiram bastante também, antes de se decidirem a inserir na minuta de Constituição a especificação do idioma oficial do País. Por proposta do relator Cândido Mendes, e do conselheiro Miguel Reale, a questão se encerrou com a aprovação deste artigo: "O português é a língua nacional do Brasil".

Na abertura dos trabalhos, iniciados às 15h05m (com cinco minutos

de atraso), o professor Afonso Arinos anunciou que vai preparar os anais da comissão para divulgar as suas atividades. Ele explicou que a sua decisão é em resposta às matérias "opinativas" que têm sido divulgadas por órgãos da imprensa sobre o desempenho da comissão. Ele refuta essas publicações, esclarecendo que refletem as impressões de setores da imprensa, e não os fatos.

Até mesmo os artigos aprovados

pelos conselheiros em outras reuniões podem voltar às discussões. Pelo menos esse é o medo de advogados e antropólogos que foram ao Centrecon para impedir que fosse alterando o texto aprovado em junho, que garante aos índios o direito ao subsolo de suas reservas, que não poderia ser explorado. Uma comissão passou a tarde de plantão no Centrecon, mas o assunto não foi discutido.

Saulo prevê a adoção de um modelo de capitalismo mais participativo

BELEM — O sistema capitalista e o regime federativo não serão alterados pela próxima Constituinte, embora ela tenha, teoricamente, poderes ilimitados. Foi o que disse ontem o Consultor Geral da República, Saulo Ramos, que defende, a partir da futura Constituição brasileira, a adoção de "um capitalismo mais justo e participativo, sem concentração de riqueza nas mãos de uns poucos".

O jurista Saulo Ramos abriu ontem o XI Encontro de Procuradores e Membros dos Serviços Jurídicos das Instituições de Ensino, dizendo que o decreto-lei foi a única saída para a aplicação das medidas econômicas de fevereiro, com vistas ao controle da inflação. Para o Consultor Geral da República, "a legitimidade que faltou à origem do decreto, o povo a deu nas ruas, poucas horas depois de editado o pacote".

— Por mais paradoxal que possa parecer, no Brasil temos hoje um decreto-lei mais legítimo que a própria Constituição que o criou — disse ainda.

Falando sobre "Constituinte e poder desconstituinte", Saulo Ramos lembrou que, pela primeira vez, o Brasil está diante da possibilidade de ter uma Constituição que retrate a verdadeira nacionalidade do povo. Declarou que, revendo a história constitucional brasileira, constata que todas as Cartas do passado ou

foram outorgadas pela autoridade suprema ou convocada após o rompimento da ordem constituída.

— Desta vez, estamos com todos os poderes funcionando normalmente e, por isso, a Constituinte que será instalada no início do próximo ano terá também o poder de desconstruir — acrescentou o Consultor Geral da República.

Saulo Ramos afirmou também ser contrário à manutenção das Polícias Militares como "reserva do Exército", mas negou, ao contrário do que foi publicado, que tenha, algum dia, sugerido a extinção das forças públicas estaduais.

— O que sugerimos foi a transformação das Polícias Civis num ramo de agentes fardados, ao estilo dos gendarmes franceses e da Polícia norte-americana, e nunca a extinção das PMs, que, pelo contrário, precisam estar cada dia mais equipadas e preparadas para o combate à violência — explicou.

■ Em Porto Alegre, o Bispo-Auxiliar Dom José Mário Stroher afirmou ontem que a eleição de constituintes "competentes e honestos" é muito mais importante que a disputa pelo cargo de Governador. Já o Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Crodoaldo Pavan, defendeu a necessidade de a Constituinte estabelecer o valor dos recursos que o Governo deve aplicar em ciência e tecnologia. Disse ainda que é possível a criação da reserva de mercado da biotecnologia.